

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CENTRO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
BACHARELADO EM LETRAS – REDAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS



**PROCESSOS DE GENERIFICAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DOS ATOS
DE FALA**

Jade Bueno Arbo

Pelotas, 2017

JADE BUENO ARBO

**PROCESSOS DE GENERIFICAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DOS ATOS
DE FALA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Curso de Bacharelado em Letras –
Redação e Revisão de Textos da
Universidade Federal de Pelotas, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Letras

Orientadora: Prof^a. Dr. Taís Bopp da Silva

Pelotas, 2017

RESUMO

Judith Butler afirma, a partir do conceito de performatividade do gênero, que o gênero, bem como as características atribuídas a mulheres e homens, não seria uma essência a ser exteriorizada, mas sim um conjunto de performances que dão a impressão de essência, de naturalidade, ao “ser mulher” e “ser homem”. A partir desse conceito, o presente trabalho tem como objetivo pensar os processos responsáveis por determinar e manter o gênero dos indivíduos, ou seja, processos responsáveis pela generificação dos corpos, sob a perspectiva da teoria dos atos de fala. Para isso, buscou-se primeiramente compreender a teoria dos atos de fala proposta por J.L. Austin, bem como as análises e leituras que essa teoria possibilita. Em seguida, buscou-se traçar paralelos entre a visão performativa da linguagem, proposta pelo filósofo, e a performatividade do gênero, proposta por Butler, para então verificar como a leitura da teoria dos atos de fala feita por essa autora expande as possibilidades de análise a partir da perspectiva proposta por Austin. São examinados, então, enunciados publicados em revistas que circulavam entre os anos de 1945 e 1964, direcionados às leitoras mulheres, de forma a demonstrar, com base nas reflexões realizadas no decorrer deste trabalho, como esses enunciados atuam de forma a determinar os contornos sociais de indivíduos designados como femininos, delimitando as performances nas quais esses indivíduos devem necessariamente engajar para serem compreendidos dentro da matriz de inteligibilidade do gênero.

Palavras-chave: gênero; atos de fala; pragmática; generificação.

ABSTRACT

Judith Butler, through her concept of gender performativity, affirms that gender, as well as the characteristics attributed to women and men, is not an essence to be exteriorized, but a cluster of performances that give the impression of essence, of naturality, to “being a woman” and “being a man”. Starting from that concept, this work aims to deal with the processes responsible for determining and maintaining people’s gender, in other words, the processes responsible for the generification of the bodies, through the perspective of the speech acts theory. To achieve that, it was first sought to understand the speech acts theory, proposed by J.L. Austin, as well as the analyses and readings that this theory allows. Then, it was sought to trace the connections between the performative view of language proposed by the philosopher with gender performativity proposed by Butler, so as to verify in which way the analysis made by this author of the speech acts expands the possibilities of analyses through the perspective proposed by Austin. After that, excerpts published in magazines aimed at women between the years of 1945 and 1964 are analyzed, so as to demonstrate, based on the observations made throughout this work, how these excerpts act in ways that determine people’s social contours, setting which performances people assigned as women must necessarily engage in so as to be understood inside the gender intelligibility matrix.

Keywords: gender; speech acts; pragmatics; generification.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
1.1 OBJETIVOS.....	8
1.2 JUSTIFICATIVA	9
1.3 HIPÓTESES.....	9
1.4 METODOLOGIA.....	10
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	11
2.1 A TEORIA DOS ATOS DE FALA.....	11
2.2 ESTUDOS DE GÊNERO.....	17
3 ANÁLISE	20
3.1 BUTLER E AUSTIN: ELEMENTOS DE UM FAZER	20
3.2 INTERPELAÇÃO COMO UM ATO DE FALA.....	24
3.3 ATOS DE INTERPELAÇÃO E CONTORNOS SOCIAIS	25
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

1 INTRODUÇÃO

“Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Quase setenta anos depois de sua aparição original na primeira publicação do livro *O Segundo Sexo*, em 1949, que iniciou uma onda de discussões, contestações e desconstruções acerca do gênero, identidade e sexualidade, a máxima beauvoiriana ainda vive. Nos muros como pixo, na pele como tatuagem, nos cartazes de protestos e marchas, em camisetas, *bottons*, pôsteres e *posts* nas redes sociais. Depois de tanto tempo, esse “tornar-se mulher” mantém o seu fascínio: confunde, contesta e desacomoda ideias preconcebidas do que é “ser”.

A persistência desse *desacomodamento* atesta a relevância dessas contestações. Se não se nasce mulher, o que nos torna mulher? Se não se nasce uma coisa ou outra, quais são os processos responsáveis por tornar-nos algo? As mais diversas linhas de pensamento buscam desvendar os elementos e processos que compõem esse “tornar-se”.

Nas últimas décadas no Brasil, as questões de gênero têm estado no centro de grande parte dos trabalhos acadêmicos e debates que tratam dos ecos dessas perguntas. Basta olhar para o número de congressos e eventos, dentro e fora da academia, que são organizados em torno deste tema¹. Os posicionamentos contrários a essas questões² também podem servir de termômetro para o poder e o espaço que os estudos relacionados ao gênero vêm ganhando no nosso país. A desestabilização das regras binárias e heteronormativas que permeiam a sociedade se torna necessária para a construção de novos horizontes do possível, novas formas de ser, e isso se dá, portanto, a partir da compreensão dos processos que as sustentam.

Um dos grandes expoentes dos estudos de gênero é Judith Butler. Ao longo de seus estudos, Butler atribui à linguagem um papel central “nas dinâmicas culturais que

¹ Alguns exemplos são o “Seminário Internacional Fazendo Gênero”, que teve sua primeira edição em 1994, e o “Seminário Internacional Desfazendo Gênero”, iniciado em 2013.

² Aqui faz-se referência aos protestos contra o que grupos cristãos e fundamentalistas chamam de “Ideologia de Gênero”, como, por exemplo, a manifestação no dia 11/08/2015 em frente à Câmara Municipal de São Paulo durante a votação do Plano Municipal de Educação, onde grupos cristãos se colocam contra a inclusão do termo “gênero” no plano. Também em 01/10/2016, pais de alunos do Colégio Pedro II protestam contra a decisão de acabar com a distinção de uniformes para meninas ou meninos, posicionando-se contra o que consideram “ideologia de gênero nas escolas” e por uma “escola sem partido”.

produzem e regulam a identidade” (BORBA, 2014). Ainda assim, aponta Borba (2014, p.451-452), a linguagem tem perdido o protagonismo em estudos brasileiros que se utilizam dos conceitos de performance e performatividade trazidos pela filósofa em suas discussões sobre gênero.

É especialmente curioso que a linguagem, nesses estudos, seja colocada em segundo plano ou totalmente esquecida, sendo que os próprios conceitos de *performance* e *performatividade*, basilares para o entendimento da teoria proposta por Butler, surgiram a partir de noções postuladas por J.L. Austin no campo da filosofia da linguagem (BORBA, 2014). A mais importante dessas noções, e sobre a qual Butler constrói a sua noção de performatividade, é a de que enunciados não apenas constataam a realidade, mas sim realizam atos: a linguagem é *performativa*, e não (apenas) *constativa*. Vemos aí, em ambos os pensadores, certa atribuição do poder de “gênese” à linguagem. A partir desse pensamento, Butler coloca que o *gênero* não é uma questão constativa (de ser homem ou mulher), mas uma questão performativa (fazer-se e ser feito no mundo enquanto homem, mulher ou outro).

Somos levados, então, do enunciado performativo “eu vos declaro marido e mulher” de J. L. Austin, ao “é uma menina!” de Judith Butler, guiados pelo importantíssimo e indispensável fio condutor da linguagem. Assim, o presente trabalho pretende realizar uma contribuição à área de estudos de gênero, dando ênfase ao papel da linguagem nos processos responsáveis pela manutenção da binaridade e heteronormatividade do gênero em nossa sociedade, especificamente sob a perspectiva pragmática dos atos de fala de Austin. Da mesma forma, espera-se elucidar nas conexões entre Austin e Butler diversas questões que envolvem a análise dos atos de fala, buscando caminhos que possibilitem uma análise de ditos envolvidos no processo de generificação.

Pensa-se, portanto, neste trabalho, de que forma o que dizemos uns aos outros e uns *dos* outros molda a realidade em que vivemos, e de que forma as ações que executamos através de nossas falas podem contribuir para a manutenção constante da binaridade do gênero e da falsa impressão de imutabilidade que o cerca.

Espera-se que, desta forma, a análise de como a linguagem é usada para instituir e reforçar normas contribua para que sejam dissipados dos papéis de gênero a

sua impressão de naturalidade. Desvendar e desconstruir os processos de generificação é munir-se de ferramentas de defesa contra a naturalização do arbitrário, contra a imposição de conceitos que beneficiam o sistema vigente em detrimento da liberdade do indivíduo. Mais importante ainda, conhecer o poder da linguagem é, também, tornar-se capaz de usá-la para a desconstrução dos grilhões dos papéis de gênero e libertar-se para buscar, construir e aceitar novas formas de existir.

1.1 OBJETIVOS

Butler, quando coloca que o gênero não é “pré-existente à linguagem” (constativo), mas sim algo que se realiza na/pela a linguagem (performativo), torna visível os diversos processos responsáveis por colocar um corpo em um local identificável de gênero necessariamente binário: ou homem, ou mulher. O resultado decorrente desses processos é chamado de *generificação* (BORBA, 2014). A generificação acontece desde o anúncio à família de que um bebê que está por vir é uma menina ou um menino, aos difundidos comentários na família, na escola, nas mídias, sobre o que meninas e meninos devem ou não fazer e como devem se portar.

Este trabalho busca desvelar os mecanismos que constroem e mantêm a impressão de essência e binaridade do gênero, à luz da teoria dos atos da fala e dos estudos de gênero, tanto numa tentativa de verificar o diálogo que existe entre as propostas de Butler e Austin, quanto buscar caminhos que possibilitem uma análise dos enunciados generificadores que permeiam os mais diversos ambientes pelos quais transitamos e nos quais somos constantemente generificados.

Para compreender o que são os atos de fala e de que modo operam no processo de generificação de indivíduos, trataremos:

- 1) da teoria dos atos de fala e suas leituras;
- 2) dos conceitos de gênero e performatividade trazidos e discutidos por Judith Butler;
- 3) de como as noções de gênero e performatividade de Butler se interrelacionam com a visão performativa de Austin sobre a linguagem;

- 4) das possibilidades de análise de atos de fala dentro dessa dinâmica de manutenção do gênero.

1.2 JUSTIFICATIVA

Rajagopalan (2010, p.16) sinaliza a importância de novas leituras dos atos de fala que fujam à sacralizada leitura searleana, bem como também aponta (2010, p.40) a importância de um fazer pragmático socialmente relevante. Este trabalho busca suprir essa demanda através da busca de novas leituras e aplicações da teoria proposta por Austin. Também procura atender à necessidade apontada por Borba (2014, p.451-452) de trazer a linguagem para a posição de protagonista no que se trata dos estudos de gênero e processos de generificação. Este trabalho também se justifica no sentido de que serve como uma ferramenta para despir certos discursos de seu estatuto de verdade. Munidos dessa ferramenta de desconstrução, espera-se que sejam maiores as chances de que indivíduos das mais diversas identidades possam olhar para os ditos com os quais são bombardeados todos os dias, e os quais eles mesmos propagam, e não mais vê-los como constatações de uma realidade, mas sim como formas de agir sobre o mundo.

1.3 HIPÓTESES

Este trabalho parte das hipóteses de que:

- 1) É possível traçar as relações entre a performatividade do gênero de Butler e a teoria dos atos de fala de Austin de forma a possibilitar a análise desses atos sob o prisma do gênero.
- 2) Os atos de fala praticados diariamente por indivíduos em seus locais de interação têm o efeito de criar e manter a impressão de substância ao gênero, visando colocar determinado indivíduo em um local compreensível de existência, um local generificado.

1.4 METODOLOGIA

Para os propósitos deste trabalho, foi feita uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental. A parte bibliográfica consiste em, primeiramente, compreender a teoria dos atos de fala proposta por J.L. Austin e as leituras e análises que essa teoria suscita, bem como a performatividade do gênero proposta por Judith Butler. Em seguida, a partir dessas leituras, buscou-se encontrar paralelos entre a visão performativa da linguagem e a performatividade do gênero, de forma a verificar como, a partir da leitura de Butler da teoria dos atos de fala, seria possível encontrar e expandir as possibilidades de análise a partir da perspectiva proposta por Austin.

A parte documental se trata da análise de trechos de revistas que circulavam entre os anos de 1945 e 1964, direcionadas principalmente a mulheres de classe média. Os trechos analisados não foram retirados diretamente das revistas em questão, pois foram encontrados já compilados, historicamente contextualizados e publicados no livro *Mulheres dos Anos Dourados* (PINSKY, 2014), de onde os enunciados presentes na análise foram extraídos.

Os trechos são, por fim, analisados com base nas reflexões realizadas no decorrer deste trabalho de forma a demonstrar como esses enunciados atuam de forma a determinar os contornos sociais de indivíduos designados como femininos, delimitando as performances nas quais esses indivíduos devem necessariamente engajar para serem compreendidos dentro da matriz de inteligibilidade do gênero.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 A TEORIA DOS ATOS DE FALA

A pragmática é uma disciplina “jovem, farta, de fronteiras fluidas”. Se a *sintática* trata das relações dos signos entre si e a *semântica* trata do estudo do sentido, da relação dos signos, palavras e frases, seus referentes e suas interpretações, foi necessária a *pragmática* para estudar a relação dos signos com seus usuários e das frases com seus falantes (ARMENGAUD, 2006).

Além disso, é uma das disciplinas onde mais ocorre o cruzamento entre filosofia e linguística, e, de fato, esse cruzamento é tão vivo e tão essencial nas pesquisas atuais que, dentro da pragmática, a filosofia e a linguística se tornaram indissociáveis (ARMENGAUD, 2006).

Nesse cenário, e dentro do campo de estudo da linguagem ordinária, surge a proposta de Austin de tentar realizar um estudo sistemático dos *atos* que realizamos através da utilização de certos signos.

A influência de Austin nos rumos da linguística e, principalmente, nos da pragmática, é inegável. Em grande parte dos trabalhos nessa área, embora o próprio filósofo jamais tenha rotulado seu trabalho sob o selo dessa disciplina, escutam-se os ecos de seu pensamento (RAJAGOPALAN, 2010).

A relevância de Austin para os estudos pragmáticos atuais é evidenciada pela proporção que seu conceito de *ato de fala* tomou nas últimas décadas, estando

entre os mais fecundos dos últimos tempos, não só na área de linguística, mas também em áreas conexas das mais variadas, tais como a psicologia, a sociologia e a teoria literária, e, quem diria, a economia e até mesmo o direito - sem falar, é claro, da própria filosofia. (RAJAGOPALAN, 2010, p.244)

A teoria dos Atos de Fala, proposta por J.L. Austin em meados do século XX (AUSTIN, 1962), lança no campo dos estudos linguísticos uma nova forma de se olhar para seu objeto: a linguagem. Essa contribuição foi realizada principalmente através de

suas palestras proferidas em Oxford e Harvard entre 1951 e 1955, as quais foram publicadas postumamente, em 1962, sob o título bastante explicativo de *How to do Things With Words* (publicado no Brasil em 1990 sob o título, “Quando Dizer é Fazer”).

Austin não se interessou pela discussão de uma linguagem ideal. O que propõe em suas palestras é que o foco seja colocado na produção linguística real dos indivíduos, na linguagem ordinária (OTTONI, 2002). Austin busca através de sua teoria, portanto, “dar conta de modo sistemático dos fenômenos pragmáticos” (MARCONDES, 2009, p.115), ou seja, buscar sistematizar uma análise da linguagem usadas por falantes reais em situações reais de fala. Assim, no decorrer de suas palestras e de sua obra, Austin vai construindo uma “visão performativa” da linguagem.

Primeiramente, essa visão contrapõe-se à ideia de que a linguagem poderia ser exclusivamente uma forma de descrever ou relatar o mundo, e de que a *verdade* desses enunciados poderia ser verificada através de certas condições de verdade, como proposto por Frege no advento dos estudos semânticos (ARMENGAUD, 2006).

A visão performativa da linguagem traz à tona a ideia de que enunciados também podem ser usados para *realizar* ações, não estando sujeitos a condições de verdade, e sim a condições de *felicidade* e *sucesso* desses atos. Austin traz, então, a dicotomia entre enunciados *constativos* em contraposição a enunciados *performativos* (MARCONDES, 2009). Entende-se por enunciado constativo um enunciado que tem como propósito relatar a realidade. O enunciado performativo, por sua vez, não relata uma realidade pré-existente, mas essa realidade passa a existir no momento em que o enunciado é proferido. Um exemplo clássico de enunciado performativo seria o enunciado de um juiz proferindo a sentença de um réu, enquanto um enunciado constativo pode ser representado por alguém comentando o fato de estar chovendo.

No decorrer de suas conjecturas, no entanto, Austin constatou que essa dicotomia não era adequada, pois enunciados constativos podem ser vistos como tendo uma dimensão performativa, e vice-versa. Pode-se, por exemplo, constatar que se está com frio, mas, ao fazê-lo, realiza-se uma ação: a de sugestão para que fechem uma janela ou que lhe emprestem um casaco. Austin conclui, portanto, que a performatividade se aplica a toda a linguagem, que falar é sempre agir sobre o mundo de alguma forma (MARCONDES, 2009).

A partir dessas proposições, e através de um processo que dissolve os limites - ou melhor, que sequer os reconhece - entre a Filosofia e a Linguística, Austin constrói sua Teoria dos Atos de Fala e abre caminhos para diversas discussões subsequentes quanto ao papel da linguagem na criação e manutenção da realidade em que vivemos (OTTONI, 2002).

Quanto à delimitação de conceitos no interior da obra de Austin, Ottoni salienta que Austin:

não estava preocupado (...) com as 'fronteiras institucionais' de suas técnicas e reflexões. Não há fronteiras e nem linearidade no interior de sua própria obra, do seu pensamento, dificultando a delimitação de certos conceitos da sua obra, fato este positivo e que vejo como uma postura polêmica e de indiscutível valor para as discussões sobre a linguagem. Em muitos casos, a delimitação desses conceitos, só será possível através de uma lingüística descritiva, lingüística esta que não incorporou a quebra de barreiras filosóficas e lingüísticas proporcionadas por Austin. (OTTONI, 2002, p.125)

Portanto, nota-se a difícil tarefa de uma sistematização dos conceitos envolvidos nos atos de fala. Por um lado, o pensamento austiniano, rico em possibilidades, dificulta delimitações. Por outro, ao tentar delimitar conceitos que possibilitem uma análise, corre-se o risco de descaracterização desse pensamento e da interdisciplinaridade à qual seu criador pretendia.

Marcondes, que diz que já havia na formulação inicial de Austin “a preocupação com um método de explicitação de elementos implícitos” (MARCONDES, 2009 p.118), delineia da seguinte maneira os principais conceitos trazidos por Austin no decorrer de sua obra. Segundo Marcondes (2009, p.116-117), Austin propõe:

1. O ato de fala como “unidade básica de significado”, composto por três dimensões interdependentes: o ato locucionário, ilocucionário e perlocucionário.
2. O ato locucionário como dimensão linguística, ou seja, palavras ou sentenças gramaticais de uma língua, dotadas de sentido e referência.
3. O ato ilocucionário como núcleo do ato de fala, dotado de *força* ilocucionária.

4. A força ilocucionária como o performativo propriamente dito, o tipo de ato realizado, que podem ser *explícitos* - ao fazer-se uso de algum verbo performativo específico - ou *implícitos* - quando o verbo se encontra implícito ou elíptico e o contexto é suficiente para deixar clara certa força ilocucionária. As classificações das forças ilocucionárias abaixo são propostas como provisórias por Austin.
 - a. Veredictivos: “caracterizam-se por dar um veredito” (absolvo, condeno, considero, avalio).
 - b. Exercitivos: “exercício de poderes, direitos ou influências” (nomeio, demito, ordeno).
 - c. Compromissivos/Comissivos: “prometer ou de alguma forma assumir algo, cometem a pessoa a fazer algo” (prometo, juro, aposto)
 - d. Comportamentais: “grupo muito heterogêneo e têm a ver com atitudes e comportamento social” (saúdo, felicito, agradeço).
 - e. Expositivos: “difíceis de definir (...) esclarecem o modo como nossos proferimentos se encaixam no curso de uma argumentação ou de uma conversa” (afirmo, declaro, informo, contexto).
5. O ato perlocucionário como “Consequências do ato em relação aos sentimentos, pensamentos e ações da audiência, ou do falante, ou de outras pessoas, e pode ter sido realizado com o objetivo, intenção ou propósito de gerar essas consequências.”
6. Condições de felicidade: “Condições pressupostas para a realização dos atos de fala (...), uma combinação de intenções do falante e de convenções sociais com diferentes graus de formalidade”.
 - a. Intenções: Psicológicas e subjetivas - “embora, em última análise, também se originem de práticas sociais”.
 - b. Convenções: “São de natureza social e podem ser mais formais, por exemplo no caso de um tribunal, ou mais informais, no caso de um grupo de amigos discutindo o resultado da final do campeonato de futebol”. Frequentemente essas regras são implícitas,

principalmente em situações mais informais, mas se tornam evidentes quando são quebradas.

7. Doutrina das infelicidades: “A análise dos motivos pelos quais alguns atos falham, ou são infelizes, é reveladora das regras que foram rompidas nesses casos e, portanto, pode ser uma boa forma de torná-las evidentes”.

Marcondes também ressalta que, através desses conceitos, Austin não buscava teorizar a natureza e a função da linguagem, mas sim “propor um método de análise de problemas filosóficos por meio do exame do uso da linguagem entendido como forma de ação, isto é, como modo de realizar atos por meio de palavras” (MARCONDES, 2009, p.118), de fato, criar uma nova forma de se olhar para a linguagem. Da mesma forma, Rajagopalan, outro entusiasta dos estudos austinianos, diz que “[um fazer] precisa ser abordado com conceitos e categorias próprios para a análise de feitos e não de ditos” (RAJAGOPALAN, 2010, p.14).

Essas foram, grosso modo, as principais conjecturas de Austin acerca dos mecanismos através dos quais os atos de fala são realizados e dos quais dependem. No entanto, Austin reconhece que os critérios utilizados para a classificação dos atos em cinco grupos são intuitivos e vagos (RAJAGOPALAN, 2010). Talvez por isso sua teoria tenha deixado tanto espaço para interpretações, leituras e releituras após seu falecimento inesperado aos 49 anos de idade.

Mesmo que diversas leituras posteriores dos trabalhos de Austin tenham sido realizadas, John Searle mantinha, até pouco tempo, o monopólio interpretativo sobre a teoria dos atos de fala. Apesar da leitura searleana dos atos de fala ser possivelmente a mais difundida, Rajagopalan a define como uma “intervenção definitivamente enviesada e interesseira e com enormes consequências” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 9), apontando para o fato de que haveria outras formas de se ler Austin que não fosse incorrer em uma linguística descritiva que não incorporasse “a quebra de barreiras filosóficas e linguísticas” trazidas por Austin, conforme apontou Ottoni (2002, p.125) anteriormente.

Rajagopalan aponta para o fato de que a leitura não searliana de Austin ganha cada vez mais espaço nas mais diversas áreas do conhecimento e, aos poucos, também na área da linguística. A leitura de Derrida, por exemplo, da teoria dos atos de

fala, mostrou uma série de novas possibilidades para as ideias de Austin. Segundo Rajagopalan (2010, p.8):

Para Derrida, havia nas reflexões de Austin toda uma punjança, toda uma riqueza que foi apagada e achatada por Searle em sua ânsia de formular, com base nas ideias de Austin, um arcabouço teórico de aplicações imediatas, meta que o próprio Austin considerava prematura. Mas a principal crítica de Derrida era a de que Searle teria passado ao largo da questão central com que Austin se preocupava: uma teoria sobre o direito, a ética e a política. No entender de Derrida, Austin estava o tempo todo empenhado em nos mostrar como tudo isso passava pela questão da linguagem.

Direito, ética e política estão no cerne das questões sociais, e se a teoria de Austin se preocupava em tocar nesses pontos, é bastante pertinente a crítica seguinte sobre a releitura de Searle e a sacralização dela como leitura oficial.

O apagamento do contexto nos quais os atos de fala são realizados também representa um afastamento causado pela leitura de Searle dos estudos pragmáticos e os sociais, considerados por Mey tão essenciais um ao outro. Como aponta Rajagopalan (2010, p.40):

Heberland e Mey (2002: 1672) ressaltam a necessidade urgente de assegurar que o trabalho feito em pragmática seja socialmente relevante, chamando a atenção para a necessidade da sociedade para os “estudos da linguagem”.

Isso apenas reforça a necessidade da interconexão entre linguística e sociedade, entre pragmática e sociologia e entre atos de fala e seus contextos, e pode-se olhar para a noção de performatividade de Butler como sendo justamente um ponto de encontro entre ambas as áreas do conhecimento. Segundo Borba (2014, p.462):

É no dismantelamento entre constativo e performativo que Butler situa sua teoria. Para a filósofa, enunciados como “é uma menina” ou “é um menino” não simplesmente descrevem um estado de coisas anterior à enunciação, mas fazem com que o corpo ao qual eles se dirigem entre em um processo infundável (porém, não imutável) capturado pelas normas da matriz de inteligibilidade de gênero.

Assim, Butler coloca os indivíduos como seres linguísticos, constituídos na linguagem e pela linguagem, pois são compelidos discursivamente – através de enunciados como “é uma menina” e “é um menino” – a se adequarem à gramática prescritiva do gênero que chamamos de matriz da inteligibilidade (BORBA, 2014).

2.2 ESTUDOS DE GÊNERO

Da mesma forma que Austin dismantela as fronteiras entre o enunciado constativo (a verdade) e o enunciado performativo (a ação), Butler faz o mesmo com as fronteiras entre o sexo (o biológico) e o gênero (o social). Como Borba coloca:

Butler argumenta (...) que gênero não é uma propriedade dos indivíduos, uma essência refletida em seus atos e corpos, mas algo que se faz em nossas ações cotidianas, *um efeito pragmático de um amálgama de recursos semióticos (língua, entonação, tom de voz, o que/como se fala, roupas, cores, texturas, cortes de cabelo, posições corporais etc.)* usados localmente para este/a interlocutor/a aqui e agora. (2014, p.448, grifos nossos)

O gênero, assim, não é uma essência que transparece através de atos, mas o efeito de um conjunto de atos que dão a ilusão de essência ao gênero. Por não haver essência ao gênero de um indivíduo, segundo Butler (2016, p.242-243), a repetição constante desses atos é necessária para que sua ilusão de substância seja mantida.

Esses atos em questão são o que Butler chama de *performances*. Para melhor entendimento do conceito que propõe de performance, Butler faz o contraste com o termo *expressão*. Só há a expressão de gênero quando existe um gênero preexistente, uma essência a ser expressa, que flua de dentro para fora de um sujeito. No entanto, na concepção de Butler, essa “essência”, sendo ilusão causada por performances contínuas de indivíduos – a repetição de atos –, não preexiste à interação do sujeito com o seu meio. Como ela mesma coloca (2016, p.242-243):

(...) O gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, consequentemente, pela forma corriqueira pela qual os

gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanentemente marcado pelo gênero.

Assim, Butler (2016, p. 244) conclui que não há identidade que preexista o ato, e pela qual o ato possa ser medido. Não há, então, “atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora” (BUTLER, 2016, p. 244).

Mas se o gênero não preexiste a performance do mesmo, de onde vêm os moldes, os exemplos das performances que reproduzimos? Como sabemos que molde seguir, se o de homem ou de mulher? E se não há essência a esse gênero, por que nos vemos definidos como sendo uma coisa ou outra?

Uma vez que a visão performativa de gênero não comporta uma essência – e não havendo assim veracidade ou falsidade verificável de uma performance de gênero – poder-se-ia esperar que não houvessem regras. No entanto, Butler coloca que vivemos em uma sociedade binária, ou seja, onde se é, compulsoriamente, homem ou mulher, pois “os gêneros distintos são parte do que ‘humaniza’ os indivíduos na cultura contemporânea” (BUTLER, 2016 p.241) Sendo assim, fugir aos padrões de gênero, fugir ao que é esperado de uma mulher ou de um homem é, em diferentes níveis, correr o risco de ser desumanizado pela sociedade, de não ser visto como um indivíduo, ser “coisificado”, por assim dizer.

Nesse contexto, o gênero se torna, ao mesmo tempo, constante construção individual e alvo de rigorosa manutenção. Essa manutenção pode se dar através das chamadas ficções reguladoras - como a postulação da naturalidade das diferenças entre os gêneros -, da legitimação de performances consideradas corretas, ou também pela punição de performances incorretas (BUTLER, 2016), e é isso que se chama de *generificação*. Como traz Borba (2014, p.462):

[A generificação] será acompanhada por um sem-número de enunciados tributários ao ato generificador fundacional: “é uma menina” será seguido por “não diga palavrões”, “cruze suas pernas ao sentar”, “não pratique esportes agressivos”, etc.; a “é um menino” segue “não chore”, “seja forte”, “abra suas pernas ao sentar”, “fale grosso”, etc.; atos de fala que visam conformar um corpo às normas de coerência entre sexo, gênero e desejo que constituem a matriz de inteligibilidade (...).

Ao mesmo tempo, então, em que o sujeito *se constitui* através da linguagem – executa performances através dos recursos semióticos mencionados por Borba anteriormente – ele também *é constituído* pela linguagem – através de atos de fala que generificam um corpo antes mesmo de um corpo poder generificar a si mesmo. Ao ato de fala fundacional “é uma menina”, seguem-se diversos “atos de manutenção”, os quais fornecem modelos a serem seguidos.

Pode-se aqui traçar um paralelo entre a doutrina das infelicidades de Austin e a matriz de inteligibilidade de Butler. Austin fala da existência de condições que garantem o sucesso de um ato de fala, e que especialmente em circunstâncias informais essas regras, implícitas, estão sendo constantemente aplicadas e só são percebidas no momento em que são violadas (MARCONDES, 2009, p.117). Da mesma forma, o gênero é uma construção com efeito de essência, e a violação das regras tácitas que regem o gênero acaba tornando-as mais salientes. Quando um menino brinca de boneca, ou uma menina se interessa por esportes radicais, podemos perceber através das reações dos familiares o rompimento com a matriz de inteligibilidade de gênero: “Larga disso, menino!”, “Isso não é coisa de menina!”, falas que acabam salientando também outros tantos enunciados generificadores com os quais os indivíduos são bombardeados no decorrer de uma vida.

É importante salientar que entender o gênero como performativo não é apenas dizer que o gênero é uma performance, atos teatrais realizados para uma audiência. Reconhecer a performatividade do gênero é “desessencializar” o gênero, despi-lo do efeito de substância, da mesma forma que a visão performativa da linguagem considera que dizer algo não é apenas constatar uma realidade, e sim agir, causar um efeito sobre o mundo.

3 ANÁLISE

Nesta seção, serão discutidos os pontos de encontro entre a visão performativa da linguagem e a performatividade do gênero, de forma a verificar como a leitura de Butler acerca conceitos de Austin pode tanto elucidar aspectos dos atos de fala quanto apresentar caminhos para analisar processos de generificação sob essa perspectiva. A partir da expansão de Butler sobre o trabalho de Austin, serão então analisados enunciados retirados de revistas femininas que circulavam no Brasil entre 1945 e 1964, de forma a ilustrar os processos de generificação, tornando-os salientes através da visão performativa da linguagem.

3.1 BUTLER E AUSTIN: ELEMENTOS DE UM FAZER

A teoria dos atos de fala busca desvendar quais atos são realizados pelo uso de certos signos por falantes de uma língua (ARMENGAUD, 2006). Para Austin, como coloca Ottoni, “há o performativo que é o fenômeno central, seguido de um desdobramento através do ilocucionário e, finalmente, o ato de fala total como algo a ser desvendado” (1998, p.75).

Olhando para as propostas classificatórias iniciais de Austin, podemos ser levados a pensar que a tarefa de desvendar o ato ilocucionário é simples: basta examinar uma determinada sentença e buscar no verbo a resposta para o ato ilocucionário ser realizado. Nos casos de frases como “Eu vos declaro” e “Eu te condeno”, de fato poderíamos classificar a força ilocucionária desses atos como, respectivamente, *exercitivos* e *veredictivos*. Esse seria um exemplo do que Austin chamou de ato ilocucionário explícito.

No entanto, é muito comum que na linguagem ordinária os verbos sejam implícitos ou elípticos, dependendo, assim, do contexto e de elementos extralinguísticos para que o enunciado tenha determinada força. A frase “Eu lhe pagarei amanhã”, como exemplifica Marcondes (2009, p.116), pode ter força de promessa em determinadas

circunstâncias, enquanto em outras pode ter força de ameaça. Por isso, pode-se dizer que realizar um ato de fala não depende apenas dos elementos linguísticos dos quais um falante lança mão.

Tratar de atos de fala é, portanto, buscar caminhos para tornar explícitos os elementos implícitos envolvidos na realização desses atos. Com frequência, no decorrer dos estudos no campo dos atos de fala, essa busca se traduz em esforços taxonômicos por parte dos estudiosos.

Não foi apenas Searle a buscar uma classificação para os diferentes tipos de ato ilocucionário; diversos outros autores buscaram modificar e expandir a lista inicialmente apresentada por Austin, reconhecida pelo próprio como provisória. Rajagopalan (2010, p.46), no entanto, argumenta que o próprio conceito do ato ilocucionário é incompatível com os esforços classificatórios da maioria dos estudos na área. Ele propõe caracterizar o ato ilocucionário como “uma unidade êmica, irreduzível” e atos ilocucionários como sendo “unidades de análise indissoluvelmente culturais, compreensíveis apenas enquanto fatos institucionais, específicos de cada comunidade de fala” (RAJAGOPALAN, 2010, p.65), o que se contrapõe à tendência universalizante de esforços classificatórios em torno dos atos ilocucionários.

Da mesma forma, Ottoni (1998, p.78) coloca que se pudermos olhar para o ilocucionário como um jogo, como concebe Wittgenstein nas Investigações Filosóficas, e não como uma fórmula lógica, estaremos mais próximos de uma visão performativa da linguagem consoante com o que pretendia Austin. A noção de jogo de linguagem proposta por Wittgenstein postula que o significado dos enunciados e seus elementos não é estabelecido por sua forma, mas pelo seu emprego em diferentes contextos (MARCONDES, 2009). Assim como uma mesma estrutura pode ter significados diferentes em situações diferentes, o mesmo ato locucionário pode carregar atos ilocucionários diversos em diferentes contextos, bem como o mesmo ato ilocucionário pode gerar, em diferentes ambientes, atos perlocucionários distintos. Assim, tanto o significado, como o ato ilocucionário, só poderiam ser compreendidos através da consideração do jogo de linguagem, do contexto em que ocorrem.

Rajagopalan (2010, p.65) cita Austin: “O ato de fala em sua plenitude, na plenitude total do seu contexto, é, afinal de contas, o único fenômeno de fato que

estamos empenhados em elucidar”. Sendo assim, como esse ato de fala total pode ser desvendado? De quais ferramentas podemos lançar mão para elucidar o ato de fala na plenitude total de seu contexto, tendo em vista que as classificações vistas até então nos são insuficientes? Em seu livro *Excitable Speech: a politics of the performative* (1997), Butler dialoga diretamente com as propostas de Austin, expandindo seus conceitos e permeando-os com o social e o político, possibilitando a pragmática socialmente relevante.

Butler (1997, p.3) retoma a distinção entre ato ilocucionário e ato perlocucionário. O ato ilocucionário é aquele que, ao ser dito, faz o que diz, enquanto o ato perlocucionário é o que produz efeito como consequência do que foi dito.

Quando se trata de atos ilocucionários, portanto, é necessário atentar-se para uma importante condição de felicidade desses atos: as convenções que são invocadas no momento da produção desse enunciado. Se ele faz algo ao dizê-lo, no momento em que é dito, esse algo é feito apenas por que esse dizer toma a forma de um ritual e retoma rituais anteriores. Como já havia posto Derrida:

Poderia um enunciado performativo ser bem-sucedido se sua formulação não repetisse em um enunciado ‘codificado’ ou iterável ou, em outras palavras, se a fórmula que pronuncio para abrir uma sessão, lançar um barco ou efetuar um casamento não fosse identificável como conforme a um modelo iterável, se ela não fosse, pois, identificável de alguma forma, como uma “citação”? (*apud* BUTLER, 2000, p.121)

Dizemos que o ato ilocucionário, então, realiza um ato *no momento* em que é dito, mas esse momento é mais complexo do que apenas um contexto momentâneo no espaço-tempo. “O ‘momento’ no ritual é uma historicidade condensada”, coloca Butler (1997, p.3). Surgem, assim, desse entrelaçamento de conceitos, três importantes aspectos a serem considerados em torno do ato de fala: sua historicidade, citacionalidade e iterabilidade.

Dizer que um ato de fala possui historicidade é dizer que ele excede o momento de sua enunciação, que “não basta encontrar o contexto apropriado para o ato de fala em questão para saber como melhor julgar seus efeitos” (BUTLER, 1997, p.3). Um ato de fala, sendo um ritual, tem sua efetividade garantida por ser uma citação de performances anteriores, por lançar mão da historicidade ritualística de um enunciado.

Ao mesmo tempo, um ato não está imune a ressignificações. Butler cita a reavaliação da palavra “*queer*”, como um exemplo de que enunciados

podem ser citados contra seu propósito original, e performar uma reversão de efeitos. (...) Nesse sentido, um “ato” não é um acontecimento momentâneo, mas um certo *nexus* de horizontes temporais, a condensação de uma iterabilidade que excede o momento que ocasiona. (1997, p.14, tradução nossa)³

A palavra “*queer*” foi, por muito tempo, usada como forma de ofensa – “um ato de injúria” (BUTLER, 1997, p.16) – marcando aqueles ao qual a injúria era endereçada de forma pejorativa por sua sexualidade. Seguindo o exemplo de Butler para elucidar esses conceitos, podemos dizer que esse enunciado é apenas um ato de injúria, pois cita outras tantas instâncias nas quais essa palavra foi usada para agredir verbalmente, para punir uma performance de gênero que não condizia com o modelo binário heteronormativo que configura a matriz de inteligibilidade de gênero. No entanto, a característica de iterabilidade dos atos de fala permite que esse ato seja citado em outros contextos, com outros efeitos, evidenciando as possibilidades de ressignificação a medida em que “*queer*”, hoje, longe de ser uma ofensa, é usado para que indivíduos que fogem aos padrões de gênero e sexualidade se identifiquem e se afirmem no mundo. Butler coloca:

A possibilidade de um ato de fala de resignificar um contexto anterior depende, em parte, da distância entre o contexto ou intenção originárias pelas quais o enunciado é animado e o efeito que produz. (...) Os significados que o ato de fala adquire e o efeito que performa devem exceder aqueles pelos quais foi pretendido, e os contextos que assume não devem ser exatamente os mesmos no qual ele se origina (se é que essa origem pode ser encontrada). (1997, p.16-17, tradução nossa)⁴

³ (...) [utterances] can be cited against its originary purposes, and perform a reversal of effects. (...) In this sense, an “act” is not a momentary happening, but a certain nexus of temporal horizons, the condensation of an iterability that exceeds the moment it occasions.

⁴ The possibility for a speech act to resignify a prior context depends, in part, upon the gap between the originating context or intention by which an utterance is animated and the effects it produces.

Assim, ao considerarmos a historicidade de um ato de fala, seu caráter citacional e iterável, talvez sejamos capazes de lançar luz aos efeitos que um enunciado produz (illocucionário), e à série de consequências que desencadeia (perlocucionário).

3.2 INTERPELAÇÃO COMO UM ATO DE FALA

Butler (1997, p.5) aponta que uma existência social do corpo só é possível a medida que esse mesmo corpo é interpelado – conforme propunha Althusser – pela linguagem, ou seja, “impregnado” de significado ao ser chamado de algo, ao ser denominado. Para melhor elucidar essa perspectiva, Butler propõe um exercício mental: imaginar um corpo que ainda não tenha recebido uma definição social, um corpo que, portanto, não nos é acessível, mas que se *torna* acessível no momento em que nos dirigimos a ele de alguma forma. Este é o momento da interpelação, e essa interpelação “não ‘descobre’ o corpo, e sim o constitui fundamentalmente” (BUTLER, 1997, p.5, tradução nossa)⁵.

Na visão de Austin, o sujeito que fala precede a fala em si. Para Althusser, no entanto, o ato de fala precede o sujeito o qual esse ato torna linguisticamente existente. Butler (1997, p.25) traz uma cena clássica usada para exemplificar o pensamento de Althusser: um policial se dirige aos transeuntes com “Ei, você aí!”, e aquele que virar-se em resposta se torna o sujeito daquela fala, em decorrência de reconhecer-se nela. O chamado do policial é uma reiteração de uma convenção; esse ato de fala é bem-sucedido devido à “dimensão citacional do ato de fala, a historicidade da convenção que excede e possibilita o momento de sua enunciação” (BUTLER, 1997, p.33), mas, para Althusser, é necessário que exista alguém que se reconheça naquele chamado para que a interpelação aconteça.

Butler (1997, p.31) propõe uma revisão dessa ideia, dizendo que o transeunte não precisa necessariamente reconhecer-se no chamado e virar-se, dizendo “Aqui estou!” para, mesmo assim, tornar-se o sujeito daquele enunciado. Um sujeito pode ser interpelado sem reconhecer-se nos chamados que lhes são dirigidos, ou sem sequer saber que eles existem. Da mesma forma, Butler traz outra situação para ilustrar essa ideia: a de alguém receber um nome sem mesmo saber que esse nome lhe foi dado, “o

⁵ “does not “discover” this body, but constitutes it fundamentally”.

que é, afinal, a condição de todos nós no início, ou até mesmo antes do início” (BUTLER, 1997, p.31, tradução nossa)⁶, e esse nome o constitui socialmente, o torna linguisticamente acessíveis. Butler elucida:

A marca que a interpelação realiza não é descritiva, mas inaugural. Busca introduzir uma realidade ao invés de reportar em uma realidade existente; ela realiza essa introdução através de uma citação de convenções existentes. Interpelação é um ato de fala cujo ‘conteúdo’ não é nem verdadeiro, nem falso: não possui descrição como sua tarefa principal. Seu propósito é indicar e estabelecer um sujeito em subjeção, produzir seus contornos sociais no espaço tempo. (1997, p.33-34, tradução nossa)⁷

Assim, se o que se busca aqui é verificar como atos de fala – o que dizemos uns aos outros e uns *dos* outros nos nossos contextos de interação – constituem a ideia de essência, de naturalidade do gênero e dos papéis atrelados a um gênero ao outro, olhar para a interpelação como um ato de construção do sujeito, como, de fato, uma gênese linguística do indivíduo, pode fornecer uma importante ferramenta para analisar os processos de generificação os quais esse trabalho pretende elucidar.

3.3 ATOS DE INTERPELAÇÃO E CONTORNOS SOCIAIS

Considerando a performatividade do gênero, reconhecemos a ausência de essência do mesmo. Um indivíduo é, portanto, feito sujeito de um enunciado através da interpelação – reconhecendo-se nesse enunciado ou não – e esse ato de interpelação, um ato constitutivo, como coloca Butler, generifica esse indivíduo, torna-o acessível, compreensível dentro dos termos da matriz de inteligibilidade do gênero – a gramática prescritiva do que é ser homem e do que é ser mulher.

Como forma de salientar a arbitrariedade e, conseqüentemente, a mutabilidade das prescrições dessa gramática, escolheu-se trazer neste trabalho exemplos desses

⁶ “which is, after all, the condition of all of us at the beginning and even, sometimes, prior to the beginning”.

⁷ “The mark interpellation makes is not descriptive, but inaugurative. It seeks to introduce a reality rather than report on an existing one; it accomplishes this introduction through a citation of existing convention. Interpellation is an act of speech whose ‘content’ is neither true nor false: it does not have description as its primary task. Its purpose is to indicate and establish a subject in subjection, to produce its social contours in space and time.”

processos de generificação que se deram em outro tempo e espaço, esperando que esse deslocamento também possa lançar luz à historicidade que acompanha os rituais dos nossos tempos atuais. O material selecionado para esta análise constitui-se de matérias de revistas femininas que circulavam no Brasil entre 1945 e 1964, presentes no livro *Mulheres dos Anos Dourados* (PINSKY, 2014).

Dentre as principais publicações desse período, está o *Jornal das Moças*. A revista considera como prioridades da mulher o lar, o casamento e a maternidade. É explicitamente defensora da moral, dos bons costumes e da família estável, tendo como seu público-alvo as mulheres de classe média. Sobre a revista, Pinsky (2014, p.24) aponta:

Nas matérias hoje chamadas “de comportamento”, *Jornal das Moças* aborda questões do tipo: como conquistar e manter um homem?; como deve agir uma boa esposa?; o que faz uma boa mãe?. Elas estão espalhadas por suas páginas em forma de artigos, frases curtas, testes, reportagens e pesquisas, ficção e entrevistas (...).

Outras revistas contemporâneas ao *Jornal das Moças* são também *O Cruzeiro* e *Claudia*. *O Cruzeiro* não é exclusivamente uma revista feminina, mas traz em suas páginas textos e matérias destinadas às mulheres – conteúdo que abrange moda, aparência, crônica social, culinária, etc. *Claudia*, por sua vez, se apresenta como uma revista feminina moderna, procurando acompanhar as mudanças sociais, embora em geral reforce a ideia da mulher como responsável pelo lar, pelos filhos e pela harmonia conjugal (PINSKY, 2014).

A leitura de revistas femininas era uma prática bastante difundida durante os anos dourados do Brasil. Pinsky (2014, p.23) aponta para o fato de que todas as revistas de alta circulação da época tinham como o seu enfoque a valorização da família brasileira, ou seja, visava difundir culturalmente através de suas matérias, contos, anedotas, fotonovelas e propagandas, um modelo específico de família.

O processo de determinar e difundir o que seria essa “família brasileira” é, também, o processo de criar e normalizar papéis de gênero, atuando no processo de generificação dos indivíduos. Enquanto o *Jornal das Moças* tende a apelar ao “senso comum” e ao peso das tradições, como a revista explicitamente conservadora que era,

em revistas como *Claudia*, por exemplo, “apela-se com maior frequência para o ‘discurso competente’ da ciência ou dos dados que pesquisa (que confirmam ou substituem o recurso mais antigo de evocar o ‘senso comum’)” (PINSKY, 2014, p.43).

Em ambos os casos e fazendo uso de qualquer uma das estratégias, determinar o que é ser mulher e ser homem é também determinar as performances nas quais os indivíduos devem se engajar para serem de fato compreendidos como um ou outro, para estarem dentro da matriz de inteligibilidade do gênero.

Na introdução ao seu livro, Pinsky (2014, p.9) coloca: “Se queremos entender o que ocorre hoje, é importante observar o passado de nossas mães e avós”. Mas que passado seria esse? Os Anos Dourados foram um período de extremo conservadorismo no que se trata das relações de gênero, onde, na esfera familiar, o homem detinha o poder sobre as mulheres, sendo o chefe da casa e o provedor econômico. Pinsky (2014, p.210) aponta, por exemplo, que “o Código Civil (de 1916) ainda vigente considera a mulher casada ‘relativamente incapaz’”. O poder, portanto, se concentrava cultural e legalmente na mão dos homens.

Em vistas dessa realidade, cabe perguntar-se até que ponto os enunciados contidos neste trabalho retratam-na ou a geram. Seguindo as reflexões feitas até aqui, pode-se afirmar que nenhum enunciado, por mais objetivo e aparentemente isento que seja, é apenas descritivo de uma situação ou realidade. Tratar de homens e mulheres é, portanto, inevitavelmente, generificar, mesmo que os enunciados sejam pretendidos como frutos do bom-senso e de conceitos naturais e universais.

De fato, os processos de generificação, assim como os atos de fala que os propõem, são processos constituídos historicamente que escondem seu aspecto de construção. Para compreendê-los, é necessário tentar também compreender a historicidade que os tornam possíveis. Um ato que generifica é um ato que invoca rituais anteriores, e que sobre eles se sustenta. Conforme aponta Butler:

(...) um performativo “funciona” à medida que faz uso e camufla as convenções constitutivas pelas quais ele é mobilizado. Nesse sentido, nenhum termo ou afirmação pode atuar performativamente sem a

acumuladora e dissimuladora historicidade de força. (1997, p.51, tradução nossa)⁸

Para olharmos para os enunciados abaixo e o seu papel no processo de generificação dos indivíduos, podemos relembrar os conceitos propostos por Austin e expandidos por Butler. Considerando que todo o enunciado, segundo Austin, é performativo, podemos dizer que mesmo que os exemplos abaixo pareçam se colocar como meramente transmitindo uma realidade aos seus leitores (constativo), eles, de fato, ao serem proferidos – nesse caso, publicados – agem sobre o mundo de alguma forma (performativos). Mas de que forma? Aqui se busca ilustrar, através das categorias abaixo e com os fragmentos retirados do material de análise, a forma como os “contornos sociais” dos indivíduos femininos, interpelados pelos enunciados da revista, são delimitados através desses atos de fala.

1. Quanto à questão da natureza feminina:

- a) “[...] uma menina é uma pequena mãe, e uma boneca sempre terá guarida em seus braços [...] E um menino estará sempre por aquilo que reclamam sua destreza desportiva ou seu instinto de defesa, quando não de ataque. Uma pessoa que vai fazer um presente de um brinquedo deve procurar o simples, o que responda ao natural instinto da criança (*Jornal das Moças*, 08.06.1953).” (*apud* PINSKY, 2014 p.50)
- b) “Criança que chora é criança. Homem que chora é mulher. Mulher que não chora é homem. (*Jornal das Moças*, 30.08.1945)” (*apud* PINSKY, 2014 p.51)
- c) “[...] Desde que a menina começa a fazer-se mulher [...] o amor é o motivo central único em torno do qual giram todos os seus sentimentos. Por isso que se diz que Deus fez as mulheres exclusivamente para o amor. [...] É algo consubstancial a ela mesma, algo que nasceu com ela e com ela morrerá [...]. (*Jornal das Moças*, 29.12.1955)” (*apud* PINSKY, 2014 p.69)

2. Quanto à posição de submissão e inferioridade feminina:

⁸ “(...) a performative “works” to the extent that it draws on and covers over the constitutive conventions by which it is mobilized. In this sense, no term or statement can function performatively without the accumulating and dissimulating historicity of force”.

- a) “[...] As mulheres sempre têm sido as escolhidas pelos homens e não os homens pelas mulheres, submetendo-se sempre a este costume aceitando o candidato que lhes apresenta, sob pena de ficarem solteiras por toda a vida [...]. (*Jornal das Moças*, 29.07.1948).” (*apud* PINSKY, 2014 p.77)

3. Quanto à sexualidade feminina:

- a) “[...] é leviana sim a moça que consente em ser beijada pelo namorado que conheceu hoje, no baile, e com quem bebeu muito champanhe [...] tem razão de temer o que o rapaz agora ande a dizer na roda de amigos. [...] (*O Cruzeiro*, 08.01.1955)” (*apud* PINSKY, 2014 p.85)

4. Quanto à mulher no lar e no mercado de trabalho:

- a) “[...] A função exclusiva da mulher no lar ou a de puro e simples ornamento está cada vez mais na saudade, embora não se dispense e mesmo não se perdoe nenhuma desatenção sua a qualquer destes aspectos. [...]” (*Claudia*, 01.1963) (*apud* PINSKY, 2014 p.199)
- b) “[...] dizer mulher é dizer senhora do lar. (*Jornal das Moças*, 30.05.1946)” (*apud* PINSKY, 2014 p.213)
- c) “A maior parte das jovens dotadas de inteligência considerável têm o desejo, após deixar a escola, de seguir uma profissão e adquirir a formação necessária para alcançar um determinado objetivo. [...] há muitas que pensam em realizar algo antes do casamento [...]. (*Jornal das Moças*, 29.10.1959)” (*apud* PINSKY, 2014 p.192)

5. Quanto à mulher ideal:

- a) “‘a mulher deve ser essencialmente mulher’, ‘deve saber guardar sua feminilidade’, ‘deve ser doce, delicada e submissa’ [...] ‘seus piores defeitos são a artificialidade, a pedanteria, a suficiência’. (‘Os homens gostam de você? Por quê?’, *Claudia*, 03.1962)” (*apud* PINSKY, 2014 p.201)

Muitas podem ser as interpretações desses enunciados sob a perspectiva dos atos de fala. São eles ordens? Conselhos? Instruções? Outra possibilidade para pensar esses enunciados, conforme discutido até agora neste trabalho, é vê-los como um ato de interpelação. É o ato de dirigir-se à mulher leitora com um “ei, você”, como no exemplo de Althusser, e construí-la socialmente a partir da linguagem, independentemente de os sujeitos femininos identificarem-se com aquele chamado. Assim, o gênero feminino, através dessa interpelação, é impregnado de significado.

Pode-se dizer, então, que essa interpelação é um ato ilocucionário, pois acontece no momento do dizer, que depende de invocação ritualística de um tipo de dizer. Existe nos textos dessas revistas a característica de citacionalidade que torna o ato de fala possível. Esse tipo de enunciado é citável à medida que o formato, o tom de conselho e autoridade, é facilmente (re)iterável, falando diretamente com as mulheres como se fossem suas “amigas”, trazendo mensagens que soam como verdades universais e absolutas.

Em 1, chama a atenção o apelo ao natural dos enunciados, colocando em a) a mulher como mãe, em b) como necessariamente sensível, em c) como essencialmente romântica. Esses são exemplos de enunciados se pretendem transmissores do senso-comum e da ciência, fazendo uso de palavras como “natural”, “instinto”, bem como a referência a uma natureza criada por Deus para um propósito específico.

Em 2 temos o apelo ao costume, à tradição, colocando a mulher como objeto passivo da escolha de seu parceiro, algo que “sempre foi” na história, como uma regra imutável. Esse enunciado sedimenta o homem como detentor do poder de escolha em uma relação, de forma a reforçar a imutabilidade dessa dominância, não apenas cultural, mas garantida por lei pelo Código Civil como mencionado acima.

Em 3, a afirmação e a ênfase “é leviana *sim*” colocam esse enunciado como possuindo um estatuto de verdade irrefutável, como sendo, de fato, um constativo. Esse enunciado interpela o sujeito feminino como responsável por guardar sua sexualidade e como merecedor das consequências caso falhe em fazê-lo. É interessante perceber que, mesmo nessa descrição de moça leviana, a mulher ainda é colocada como passiva às ações do homem. A mulher representada aqui não beija, mas “consente em ser beijada”.

Em 4, os exemplos dessa categoria colocam a mulher em função do lar e do casamento, como sendo esses seus únicos horizontes de existência. a) É saudoso ao considerar as mudanças dos tempos e, assim como c), permite à mulher não cuidar *exclusivamente* do lar, desde que cuide de ambos trabalho e casa. b) É o caso mais claro dessa generificação do sujeito feminino, colocando o termo “mulher” e “senhora do lar” como equivalentes.

Em 5, o enunciado coloca a existência da mulher em função dos desejos do homem. A docilidade, delicadeza e submissão são atribuídas como suas características essenciais – não no sentido de indispensável, mas no sentido de natural: uma mulher que não possua essas características, de acordo com o exemplo, não é *essencialmente* mulher. O fato de esse enunciado trazer opiniões masculinas é particularmente interessante tendo em vista os enunciados anteriores. A mulher, tendo sido colocada como romântica, como esposa e dona de casa natural, não poderia se não interessar-se em moldar-se à opinião masculina.

Resta uma questão quanto aos atos perlocucionários, que são o conjunto de efeitos gerados por essa interpelação. Esses efeitos, até o presente momento nesse estudo, são questões sobre as quais podemos apenas especular. Teriam sido essas mulheres, receptoras dos enunciados dessas revistas na época em que eram lançadas, persuadidas? Teriam esses atos de interpelação gerado o efeito de identificação ou de revolta? Considerando que “muitos atos ilocucionários (...) são realizados em vista de produzir efeitos perlocucionários” (ARMENGAUD, 2006, p.101), teriam sido os efeitos perlocucionários pretendidos pelas revistas consoantes com o que foram, de fato, gerados pela recepção desses enunciados?

A visão da interpelação como um ato de fala capaz de generificar indivíduos apresenta-se como um ponto de partida para a busca de uma pragmática socialmente relevante, mas também incita maiores reflexões metodológicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Austin, conforme apontou Derrida (RAJAGOPALAN, 2010), estava interessado em elaborar uma teoria sobre o direito, sobre a ética e a política, ao postular a teoria dos atos de fala, e na importância da linguagem nessas áreas. Deve-se, portanto, haver um esforço por parte dos estudiosos de seu pensamento para que a dimensão social da linguagem receba a devida atenção.

A expansão de Butler sobre o pensamento de Austin parece oportunizar uma abordagem pragmática que se interessa, ao mesmo tempo, na linguagem e na relevância social dos estudos em linguagem. Da mesma forma que a leitura de Butler traz nova vida ao pensamento austiniano, a visão performativa da linguagem parece ser crucial para compreender os processos de generificação que Butler coloca como principais responsáveis pela manutenção da ilusão de essência do gênero.

Foi possível, então, a partir da leitura de e sobre ambos os pensadores, traçar essas relações e interconexões entre ambas as visões, conforme se propôs este trabalho: a visão da performatividade do gênero e a visão performativa da linguagem, com especial atenção para os pontos em que elas se complementam e possibilitam um olhar performativo sobre os atos de fala envolvidos nos processos de generificação. Confirmaram-se, assim, as hipóteses de que as interconexões entre Butler e Austin possibilitam, de fato, a análise desses atos sob a perspectiva do gênero, e a análise dos processos de generificação sob a perspectiva dos atos de fala.

Aplicando aos enunciados selecionados a ideia de que é possível identificar atos de fala com força interpelativa, confirmou-se, também, que os atos de fala produzidos por indivíduos em seus locais de interação podem sim ter o efeito de generificar, pois a interpelação ocorreria, de acordo com o que foi discutido até aqui, toda vez que um enunciado fosse dirigido a um indivíduo, impregnando-o de significado quer o indivíduo se identifique como sujeito daquele enunciado ou não.

Este estudo, no entanto, não buscou enveredar-se pelos caminhos da fala ordinária e da interação real entre indivíduos de uma comunidade. Ao invés disso, recorreu-se a artigos publicados em revistas, de forma a elaborar uma proposta inicial das interconexões aqui realizadas, que seriam as seguintes:

1. Os fragmentos aqui examinados são exemplos de atos de fala que generificam.
2. Podemos olhar para atos de fala generificadores como atos de interpelação.
3. A força ilocucionária desses atos é impregnar indivíduos – no caso deste estudo, indivíduos masculinos e femininos – de significado, delineando o leque de performances do qual devem fazer uso para serem reconhecidos dentro da matriz de inteligibilidade do gênero, como podemos ver mais claramente no trecho 1.b. acima.
4. Essa força ilocucionária só é possível pela característica de citacionalidade e iterabilidade desses enunciados, ou seja, por serem enunciados passíveis de citação e recontextualização. Seguindo o exemplo do trecho 1.b., “homem não chora”, “chorar é coisa de mulherzinha” são citações desse mesmo enunciado, iterações de um mesmo ato de fala que generifica.
5. Da mesma forma, a força de um ato ilocucionário depende de sua historicidade de força. Um enunciado como “homem não chora”, por exemplo, tem sua força generificadora garantida justamente por ter sido usado diversas vezes antes, por figuras de autoridade, pela mídia, etc, com o propósito de punir performances incorretas de indivíduos masculinos.

Assim, apesar de não abordar diretamente os atos de fala praticados diariamente por indivíduos em seus locais de interação, acredita-se que as reflexões aqui contidas, justamente por seu caráter inicial, abram caminhos para análises de enunciados veiculados em outros contextos, dos rituais que evocam, dos atos ilocucionários que performam, dos atos perlocucionários que geram e, consoante com o enfoque deste estudo, de que forma contribuem no processo de generificação e manutenção da matriz de inteligibilidade do gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMENGAUD, Françoise. **A Pragmática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos pagu** (43), jul-dez 2014.

BUTLER, Judith. **Excitable speech**: a politics of the performative. London, 1997.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARCONDES, Danilo. A Teoria dos Atos de Fala como visão pragmática de linguagem. **Filosofia Unisinos**, 7(3):2, set-dez 2006.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de linguagem**: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

OTTONI, Paulo. **Visão performativa da linguagem**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

OTTONI, Paulo. John Langshaw Austin e a Visão Performativa da Linguagem. **D.E.L.T.A.**, 18:1 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **A nova pragmática**: fases e feições de um fazer. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.